

TEXTO para as questões de 01 a 10.

DO MICRO AO MACRO

O modelo antigo da escola que formava “doutores” não cola mais. Também não cola mais a idéia de que é da escola a obrigação de educar os filhos. Essa idéia é, aliás, errada. “A escola é mais uma maneira de educar. Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação”, diz Mário Sérgio Cortella, filósofo e professor da PUC-SP. Não é por isso, porém, que vale matricular o filho em qualquer lugar. Ao contrário, escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil da família é como provar vários pares de sapatos até encontrar o mais confortável – a escola tem que compactuar com os interesses de pais e filhos.

Atualmente, para muitas escolas, o maior valor da educação é ensinar ao aluno a pensar. Quase não existe mais espaço para aquela didática voltada à matéria decorada, à pedagogia da imposição das idéias. A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver pensamentos coerentes e o senso analítico. A boa escola acompanha os problemas mundiais e éticos de maneira mais ampla. “Não há colégio separado do que está acontecendo na sociedade. O que diferencia um do outro é o foco e a eficácia da articulação para discutir um problema”, diz Cristine Conforte, diretora de ensino fundamental do Colégio Santa Cruz, de São Paulo.

Revista Vida Simples. Pé no chão. Julho de 2008.p.44.

01. Sobre o trecho “O modelo antigo da escola que formava “doutores” não cola mais”. é CORRETO afirmar.

- A) O termo “cola”, neste contexto, significa estar em vigência.
- B) Todo modelo de escola que forma “doutores” é considerado obsoleto.
- C) O modelo antigo da escola que capacitava “doutores” atualmente não está mais sendo adotado.
- D) A cola nas escolas tradicionais que formavam “doutores” é algo em desuso.
- E) Na modernidade, ainda se adotam práticas dos padrões utilizados nas escolas tradicionais.

02. No texto, quando o autor declara: “Essa idéia, aliás, é errada” (1º parágrafo), ele faz referência

- A) à escola que ainda permite a cola entre os alunos.
- B) ao fato de que o compromisso de educar os filhos é de competência apenas da escola.
- C) à atualidade, limitando as escolas que formam “doutores”.
- D) ao compromisso assumido pelos pais em relação à educação dos filhos.
- E) à realidade de inserir, apenas, a escola e a TV como meios de educar os alunos.

03. “Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação”. Ao utilizar, neste trecho, o termo sublinhado, o autor

- A) excluiu a escola como um meio para educar.
- B) considerou a escola como algo de pouca importância à educação do aluno.
- C) rejeitou a escola como fonte de aprendizagem e educação à vida humana.
- D) inseriu a escola como uma das maneiras de educar.
- E) desvalorizou todo o processo de educação que se desenvolve em uma escola.

04. No primeiro parágrafo, o autor tece uma comparação em relação ao momento de se escolher um colégio que mais se aproxime do perfil familiar. Assinale a alternativa que contém essa COMPARAÇÃO.

- A) “Não é por isso, porém, que vale matricular o filho em qualquer lugar”.
- B) “...a escola tem que compactuar com os interesses de pais e filhos”.
- C) “A escola é mais uma maneira de educar”.
- D) “...a idéia de que é da escola a obrigação de educar os filhos”.
- E) “...é como provar vários pares de sapatos até encontrar o mais confortável”.

05. Após a leitura do segundo parágrafo, conclui-se que

- A) o ensino atual está centrado no aprender a matéria, utilizando a decoreba.
- B) atualmente, o ensino busca uma abordagem reflexiva, embora não aja com coerências em relação ao pensar.
- C) toda escola busca, em sua pedagogia, a imposição das idéias.

- D) uma escola de qualidade acompanha, de perto, os fatos e acontecimentos que ocorrem na sociedade.
E) as discussões nas escolas modernas se processam de forma padronizada, gerando eficiência e eficácia.

06. Em qual das alternativas, o termo em parênteses NÃO possui o mesmo significado do termo sublinhado ?

- A) "...escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil..." (preserva)
B) "...é como provar vários pares de sapatos até encontrar..." (experimentar)
C) "A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver..." (conduz)
D) "Não há colégio separado do que está acontecendo..." (desvinculado)
E) "O que diferencia um do outro é o foco..." (distingue)

07. Sobre CONCORDÂNCIA NOMINAL e VERBAL, analise os itens abaixo.

- I.** "Essa idéia, aliás, é errada" – se o termo sublinhado fosse substituído por **comentários**, estaria correto o período: Esses comentários, aliás, são errados.
- II.** "...a escola tem que compactuar ..." – pluralizando-se o termo sublinhado, tem-se como correto o período: As escolas têm que compactuar.
- III.** "Quase não existe mais espaço para aquela didática..." substituindo-se o primeiro termo sublinhado pelo verbo **haver**, e o segundo termo sublinhado, por **chances**, estaria correto o trecho: Quase não há mais chances para aquela didática.
- IV.** "Não há colégio separado do que está acontecendo..." – se fosse substituído o primeiro termo sublinhado por **existir**, e o segundo termo sublinhado, por **escolas**, estaria correto o período: Não existe escolas separadas do que está acontecendo.

Somente está CORRETO o que se afirma em

- A) II e IV.
B) II e III.
C) I.
D) III.
E) I, III e IV.

08. Em uma das alternativas, a tonicidade dos termos sublinhados recai na penúltima sílaba. Assinale-a.

- A) "Família, amigos, televisão e internet também são formas de educação".
B) "Ao contrário, escolher o colégio que mais se ajusta ao perfil da família".
C) "Essa idéia, aliás, é errada".
D) "Não há colégio separado do que está acontecendo na sociedade".
E) "Quase não existe mais espaço para aquela didática voltada à matéria decorada..."

09. Em qual das alternativas abaixo, o emprego da(s) VÍRGULA(S) justifica-se por separar termos que explicam o seu antecedente?

- A) "Não é por isso, porém, que vale matricular o filho..."
B) "Essa idéia, aliás, é errada..."
C) "Família, amigos, televisão e Internet..."
D) "A abordagem é reflexiva, induz o estudante a desenvolver pensamentos..."
E) "...Mário Sérgio Cortella, filósofo e professor da PUC-SP."

10. Sobre MORFOLOGIA, assinale V para as afirmativas Verdadeiras e F, para as Falsas.

- () “O modelo antigo da escola que formava...” – o termo sublinhado é palavra invariável que explica o termo antecedente, classificada como pronome relativo.
- () “Também não cola mais a idéia de que é da escola...” – ambos os termos sublinhados são classificados como advérbios.
- () “...provar vários pares de sapatos até encontrar...” – os termos sublinhados se classificam, respectivamente, como adjetivo e substantivo coletivo.
- () “...induz o estudante a desenvolver pensamentos coerentes...”- ambos os termos sublinhados são palavras variáveis que atribuem qualidade ao termo a que se referem.
- () Não há colégio separado do que está acontecendo...”- o primeiro termo sublinhado se classifica como verbo pessoal, daí porque concorda com o seu sujeito “colégio”. O segundo termo sublinhado é palavra variável, classificada como pronome que exprime idéia de posse.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA.

- A) V, V, F, F, F.
- B) V, F, V, F, F.
- C) F, F, V, F, V.
- D) V, F, F, V, V.
- E) F, V, F, V, V.

NOÇÕES BÁSICAS DE LEGISLAÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO

11. O Art. 3º, do Título I, que trata dos Princípios Fundamentais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, conhecida como Constituição Federal – CF/88, define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais consta:

- A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B) assegurar a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- C) garantir a expressão intelectual, artística, científica e de comunicação.
- D) exercer o direito de resposta a agravos, além de indenização moral.
- E) manifestar o pensamento, sendo proibido o anonimato e tratamento desumano ou degradante.

12. O Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em seu Art. 5º da CF/88, determina que *todos são iguais perante a lei, sem restrição de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à*

- A) assistência médica e à segurança.
- B) atividade intelectual e à imprensa.
- C) indenização e à propriedade.
- D) comunicação e à educação.
- E) segurança e à propriedade.

13. O §2º, do Art. 210, Seção I, do Cap. III, do Título VIII, da CF/88, que trata da Educação, estabelece que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização

- A) de sua cultura no processo de formação de suas identidades.
- B) de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- C) de sua arte por ser a mais autêntica manifestação cultural do Brasil.
- D) da identidade do grupo e da identidade nacional.
- E) de computadores, para se articularem com outros grupos congêneres.

14. O caput do Art. 39, da Constituição Federal - CF/88 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas

- A) regime jurídico único e plano de servidores.
- B) planos de carreira e política de administração.
- C) regime jurídico único e política de administração.
- D) regime jurídico único e planos de carreira.
- E) planos de carreira e remuneração dos servidores.

15. O Art. 196, da Constituição do Estado de Pernambuco, de 05.10.1989, de acordo com a Emenda Constitucional nº 10/1996, determina que deverão constar das atividades curriculares a serem vivenciadas nas redes oficial e particular, conhecimentos acerca de

- A) crianças, jovens, adolescentes e adultos.
- B) igualdade entre povos, paz, ecologia e repúdio às injustiças.
- C) educação ambiental, direitos humanos, trânsito, educação sexual, direitos e deveres do consumidor e prevenção ao uso de tóxicos, fumo e bebidas alcoólicas.
- D) diversidade da natureza, artesanato cultural, trabalho, democracia e histórias do nosso povo.
- E) arte-educação, equilíbrio da natureza, saúde, estética e preservação dos patrimônios naturais.

16. O Art. 56 da Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com suas emendas, estabelece que os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de

- A) contestação de critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias avaliativas.
- B) mudança do sistema de seriação para o sistema de ciclos de estudos.
- C) ausência de espaço para receber de volta os alunos que abandonaram a escola.
- D) ausência de recursos para manter a disciplina na escola.
- E) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

17. O texto do Art. 58, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, define que no processo educacional, respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes

- A) a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.
- B) os lugares para suas manifestações étnicas.
- C) as quadras esportivas para treinos, com vistas à participação em torneios regionais e nacionais.
- D) o acesso a tabladros e arenas para vivenciar a arte circense tradicional.
- E) o desenvolvimento de talentos para as artes do futuro.

18. De acordo com o §1º. Art. 8º, da Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, caberá à União, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais, o(a)

- A) cumprimento dos planos de trabalhos, de acordo com a proposta pedagógica.
- B) coordenação da política nacional de educação.
- C) gestão de escolas federais com a mesma qualidade das escolas estaduais e municipais.
- D) verificação da aprendizagem em todos os níveis de ensino por meio de avaliações.
- E) adoção de medidas que garantam a promoção automática dos alunos, assegurando elevado padrão de qualidade.

19. O Art. 9º da LDB/96 explicita, dentre outras atribuições, que a União incumbir-se-á de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

- A) estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.
- B) propostas pedagógicas para estabelecimentos de ensino e para os professores.
- C) dias letivos em calendário nacional, de modo a assegurar as horas-aula previstas nas diretrizes.

- D) competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.
- E) articulação da escola com as famílias e a comunidade.

20. A Lei nº 9.394/96 – LDB, em seu Art. 10, prevê que os Estados, entre outras atribuições, incumbir-se-ão de

- A) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento.
- B) obedecer às normas de gestão democrática estabelecidas pelos Conselhos Municipais de Educação.
- C) elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com as diretrizes e os planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios.
- D) informar os pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos.
- E) reclassificar os alunos, quando se tratar de transferência no âmbito nacional.

| |
|----------------------------------|
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS |
|----------------------------------|

21. Segundo a Lei 4.320/64, a Lei do Orçamento obedece aos princípios de:

- A) Igualdade, Unidade e Universalidade.
- B) Universalidade, Proporcionalidade e Unidade.
- C) Igualdade, Proporcionalidade e Anualidade.
- D) Anualidade, Universalidade e Unidade.
- E) Igualdade, Proporcionalidade e Anualidade.

22. Integram a Lei de Orçamento, segundo a Lei 4.320/64:

- A) Sumário geral da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas.
- B) Quadro demonstrativo da Receita por fontes e da Despesa por funções do Governo.
- C) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- D) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- E) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

23. Assinale, abaixo, a alternativa que está em consonância com a Lei 4.320/64.

- A) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação de receitas.
- B) A Lei de Orçamento sempre consignará dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.
- C) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, efetuadas as deduções específicas.
- D) A Lei de Orçamento não poderá conter autorização ao Executivo para Abrir créditos suplementares.
- E) O cálculo das cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior aquele em que se elaborar a proposta orçamentária do governo obrigado à transferência.

24. Não constitui Receita Corrente a(o)

- A) Receita Tributária.
- B) Superávit do Orçamento Corrente.
- C) Receita Industrial.
- D) Receita de Serviços.
- E) Receita de Contribuições.

25. Não constitui Receita de Capital a(o/s)

- A) Receita proveniente da realização de recursos financeiros, oriundos de constituição de dívidas.
- B) Receita Industrial.
- C) Receita proveniente da realização de recursos financeiros, oriundos da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- D) Superávit do Orçamento Corrente.
- E) Recursos recebidos de pessoas de direito privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

26. Indique, abaixo, a alternativa que contém os tipos de Receita que preencheriam, corretamente, a lacuna da frase: “_____ são, respectivamente, Receitas Correntes Tributária, Patrimonial e Diversas”.

- A) Impostos, Receitas de Valores Mobiliários e Receitas de Serviços Industriais.
- B) Participações e Dividendos, Taxas e Outras Receitas Patrimoniais.
- C) Contribuições de Melhoria, Receitas Imobiliárias e Multas.
- D) Multas, Participações e Dividendos e Cobrança da Dívida Ativa.
- E) Impostos, Contribuições e Outras Receitas Diversas.

27. Indique, abaixo, a alternativa que contém os tipos de Receita que preencheriam, corretamente, a lacuna da frase: “_____ são Receitas de Capital”.

- A) Receitas de Serviços Industriais, Operações de Crédito e Alienação de Bens Móveis e Imóveis.
- B) Receitas Imobiliárias, Receitas de Serviços Industriais e Operações de Crédito.
- C) Receitas Imobiliárias, Amortização de Empréstimos Concedidos e Transferências de Capital.
- D) Outras Receitas Industriais, Cobrança da Dívida Ativa e Outras Receitas de Capital.
- E) Operações de Crédito, Alienação de Bens Móveis e Imóveis e Amortização de Empréstimos Concedidos.

28. Analise as afirmações abaixo.

- I.** Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, excluindo-se as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- II.** Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, exclusiva para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- III.** Classificam-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- IV.** Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

Somente está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) III e IV.
- E) II e III.

29. Analise a afirmação: No Brasil, a Contabilidade Pública é aplicada às

- I.** autarquias.
- II.** fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- III.** empresas públicas.
- IV.** entidades privadas, financiadas por contribuições parafiscais.

São verdadeiros os itens:

- A) I e II apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) II, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

30. Analise a afirmação: De acordo com a Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro

- I.** as receitas nele arrecadadas.
- II.** as despesas nele legalmente empenhadas.
- III.** as despesas nele liquidadas.

Somente está correto o que se afirma em

- A) II.
- B) III.
- C) I.
- D) I e II.
- E) I e III.

31. Assinale, abaixo, a afirmativa que está em DESACORDO com a Lei 4.320/64.

- A) As dotações para o planejamento de obras são classificadas como investimento.
- B) As aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização classificam-se como Inversões Financeiras.
- C) A aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, classifica-se como Transferência de Capital.
- D) Classificam-se como Investimentos as dotações para a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à essa execução.
- E) A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização classifica-se como Inversão Financeira.

32. Indique, abaixo, a alternativa que contém as palavras que preenchem, corretamente, as lacunas da frase: “Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de _____ visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem _____ aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica”.

- A) Subvenções Sociais - privada.
- B) Subvenções Sociais - pública.
- C) Subvenções Econômicas - privada.
- D) Subvenções Econômicas - pública.
- E) Transferências de Capital - pública.

33. Indique, abaixo, a afirmativa correta, segundo a Lei 4.320/64.

- A) Na Proposta Orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo, no mínimo, um biênio.
- B) Na Proposta Orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo, no mínimo, um triênio.
- C) Na Proposta Orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo, no mínimo, um quinquênio.
- D) Na Proposta Orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo o exercício anterior àquele de que trata a proposta e o biênio seguinte.
- E) Na Proposta Orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo o exercício anterior àquele de que trata a proposta e o triênio seguinte.

34. Analise as afirmações a seguir, à luz da Lei 4.320/64.

- I.** Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- II.** A anulação de despesa após o encerramento do exercício acarreta a reversão da sua importância à própria dotação.
- III.** Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem gerados nas respectivas rubricas orçamentárias.
- IV.** Os créditos da Fazenda Pública, de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos como Dívida Ativa.

São corretas as afirmações contidas nos itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, II, III e IV.
- E) I e IV.

35. Assinale, abaixo, a afirmativa que está em DESACORDO com a Lei 4.320/64.

- A) Em casos especiais, previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho na realização da despesa.
- B) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- C) A liquidação da despesa consiste na emissão da respectiva Nota de Empenho através da qual é reconhecido o direito do credor.
- D) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- E) O pagamento da despesa só será efetuado, quando ordenado após sua regular liquidação.

36. As disposições da Lei Complementar 101/00 não obrigam

- A) o Tribunal de Contas da União.
- B) todas as empresas controladas.
- C) todas as empresas estatais dependentes.
- D) o Poder Judiciário.
- E) o Ministério Público.

37. Não compõem a Receita Corrente Líquida

- A) as Receitas Tributárias.
- B) as Receitas Patrimoniais.
- C) as Transferências Correntes.
- D) as Receitas Industriais.
- E) as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.

38. O Anexo de Metas Fiscais, Integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, estabelecerá metas anuais para

- A) o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- B) o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- C) o exercício a que se referirem e para os quatro seguintes.
- D) o exercício a que se referirem e para os quatro seguintes e demonstrará o nível de cumprimento das metas do exercício anterior.
- E) o exercício a que se referirem e para os três seguintes e demonstrará o nível de cumprimento das metas do exercício anterior.

39. Assinale, abaixo, a alternativa que contém uma afirmativa INCORRETA.

- A) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão constarão da lei orçamentária anual.
- B) O refinanciamento da dívida pública constará, separadamente, na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.
- D) É vedado consignar, na lei orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- E) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

40. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

- A) imediatamente após a publicação dos orçamentos.
- B) até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
- C) até sessenta dias após a publicação dos orçamentos.
- D) até quinze dias após a publicação dos orçamentos.
- E) até noventa dias após a publicação dos orçamentos.

41. O Poder Executivo demonstrará e avaliará, em audiência pública, o cumprimento das metas fiscais

- A) de cada trimestre, até o final dos meses de abril, julho, outubro e janeiro.
- B) de cada quadrimestre, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.
- C) de cada semestre, até o final dos meses de julho e janeiro.
- D) de cada semestre, até o final dos meses de agosto e fevereiro.
- E) de cada trimestre, até o final dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro.

42. Assinale, abaixo, a alternativa que contém uma afirmativa INCORRETA.

- A) Constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal de cada ente da Federação a efetiva arrecadação de todos os tributos da sua competência constitucional.
- B) Só será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, se comprovado erro de ordem técnica.

- C) O montante previsto para as receitas de operações de crédito constantes do projeto de lei orçamentária não poderá ser superior ao das despesas de capital nele contidas.
- D) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição do Ministério Público, no mínimo, trinta dias antes do prazo final, para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.
- E) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes, no mínimo, trinta dias antes do prazo final, para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

43. NÃO constitui renúncia de receita

- A) Anistia.
- B) Remissão.
- C) Subsídio.
- D) Crédito presumido.
- E) Concessão de isenção em caráter geral.

44. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e

- A) nos dois subsequentes.
- B) nos três subsequentes.
- C) no subsequente.
- D) nos quatro subsequentes.
- E) nos cinco subsequentes.

45. Assinale, abaixo, a alternativa que contém uma afirmativa INCORRETA.

- A) A despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período não inferior a três exercícios é considerada obrigatória, de caráter continuado.
- B) A despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios é considerada obrigatória, de caráter continuado.
- C) A despesa corrente derivada de medida provisória que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios é considerada obrigatória, de caráter continuado.
- D) A despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução pelo período de um exercício é considerada obrigatória, de caráter continuado.
- E) A despesa corrente derivada de medida provisória que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios é considerada obrigatória, de caráter continuado.

46. Analise a afirmativa abaixo.

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados:

- I.** União: 50%;
- II.** Estados: 55%;
- III.** Municípios: 60%.

Está(ão) correto(s), o(s) item(ns):

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

47. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, somente será permitida ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso

- A) a concessão de aumento derivado de determinação contratual.
- B) a criação de cargos.
- C) a alteração de estrutura de carreira, ainda que implique aumento de despesa.
- D) a admissão ou contratação de pessoal para a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores de qualquer das suas áreas.
- E) a criação de funções.

48. Analise a afirmativa abaixo.

Se a despesa total com pessoal de um ente público ultrapassar os limites definidos na LC 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes. Não alcançada a redução nesse prazo, enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I.** receber transferências voluntárias;
- II.** obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III.** contratar operações de crédito.

Está(ão) correto(s):

- A) apenas o item I.
- B) apenas os itens I e II.
- C) apenas o item III.
- D) apenas os itens II e III.
- E) todos os itens.

49. Indique, abaixo, a afirmativa INCORRETA.

- A) As obrigações financeiras de ente da Federação, assumidas em virtude de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, fazem parte da sua Dívida Pública Fundada.
- B) As obrigações financeiras de ente da Federação, assumidas em virtude de contratos, para amortização em prazo superior a 24 meses, fazem parte da sua Dívida Pública Consolidada.
- C) A dívida pública representada por títulos emitidos pelo Banco Central do Brasil faz parte da Dívida Pública Mobiliária da União.
- D) A concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- E) O refinanciamento da dívida mobiliária consiste na emissão de títulos para pagamento do principal acrescido dos juros correspondentes e da atualização monetária.

50. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos

- A) dois subseqüentes, reduzindo o excedente em, pelo menos, 25% no primeiro.
- B) três quadrimestres subseqüentes, reduzindo o excedente em, pelo menos, 25% no primeiro.
- C) dois subseqüentes, reduzindo o excedente em, pelo menos, 40% no primeiro.
- D) três subseqüentes, reduzindo o excedente em, pelo menos, 30% no primeiro.
- E) dois subseqüentes, reduzindo o excedente em, pelo menos, 30% no primeiro.

51. Indique, abaixo, a alternativa que contém uma afirmativa INCORRETA.

- A) Nos casos em que, na contratação de serviços em que a Administração possa exigir dos licitantes a metodologia de execução, a sua avaliação, para efeito de aceitação ou não, antecederá sempre a análise dos preços.
- B) A licitação que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais é considerada de alta complexidade técnica.
- C) Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolve alta especialização como fator de extrema relevância, para garantir a execução do objeto a ser contratado.

- D) Na documentação relativa à qualificação técnica, é admissível a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou em locais específicos.
- E) A Administração poderá exigir dos licitantes a metodologia de execução no caso de obra de grande vulto, de alta complexidade técnica.

52. É inexigível a licitação

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- D) nas compras de hortifrutigranjeiros.
- E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

53. É dispensável a licitação

- A) na contratação de fornecimento ou suprimento de gás natural com concessionário, segundo as normas da legislação específica.
- B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- C) para a contratação de assessorias ou consultorias técnicas com profissionais ou empresas de notória especialização.
- D) para a contratação de defesa de causas judiciais ou administrativas.
- E) para a contratação de restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

54. Analise as afirmativas a seguir.

Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- I.* Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II.* Fixação, no edital, da empresa responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança;
- III.* A Administração poderá estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% dos valores exigidos para licitante individual, exceto para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas;
- IV.* Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

Estão corretos, apenas, os itens:

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) II e IV, apenas.

55. O processo licitatório será iniciado com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável, sempre que o valor estimado para a licitação for superior a:

- A) R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).
- B) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
- C) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- D) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- E) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

56. Indique, abaixo, a afirmativa CORRETA.

- A) Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a quarenta dias.
- B) Consideram-se licitações sucessivas aquelas com objetos similares, em que o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.
- C) Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a sessenta dias.
- D) Consideram-se licitações sucessivas aquelas com objetos similares, em que o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e cinquenta dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.
- E) Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a cinquenta dias.

57. Indique, abaixo, a afirmativa INCORRETA.

- A) Os membros das Comissões de licitação sempre responderão, solidariamente, por todos os atos praticados por essas Comissões.
- B) A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a um ano, vedada a recondução da sua totalidade para a mesma Comissão no período subsequente.
- C) No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão especial, dela podendo fazer parte indivíduos não servidores públicos.
- D) No caso de convite, a Comissão de Licitação, excepcionalmente nas pequenas unidades administrativas, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.
- E) O leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração.

58. Para todos os contratos administrativos, existem cláusulas obrigatórias. Dentre elas, NÃO se encontra a cláusula que estabeleça

- A) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- B) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- C) a legislação aplicável à execução do contrato.
- D) declaração do foro da sede da Administração como o competente para dirimir qualquer questão contratual, mesmo nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior.
- E) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

59. Analise a afirmativa a seguir: O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 8.666/ confere à Administração a prerrogativa de:

- I.* modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II.* rescindi-los unilateralmente e sem necessidade de justificativa, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- III.* fiscalizar-lhes a execução;
- IV.* aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

São verdadeiros, apenas, os itens:

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.
- E) I, III e IV.

60. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas feitas em regime de adiantamento, de valor não superior a

- A) R\$ 4.000,00.
- B) R\$ 8.000,00.
- C) R\$ 2.000,00.
- D) R\$ 1.000,00.
- E) R\$ 5.000,00.

